

FASUL EDUCACIONAL

(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO ESCOLAR: ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO ESCOLAR: ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO

DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL

RESUMO

O objetivo dessa disciplina é promover uma reflexão sobre as questões históricas relativas à administração, para que, assim, possamos compreender a evolução desse conceito e sua aplicabilidade à educação, buscando contribuir para a ressignificação do papel do pedagogo frente à gestão educacional da escola, já que este deve ser o mediador da prática educativa escolar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HISTÓRIA E AS TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO

FASES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO

TGA

ADMINISTRAÇÃO EMPRESARIAL X ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

TEORIAS ADMINISTRATIVAS E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO EDUCACIONAL

AULA 2

A EMPRESA E A ESCOLA

A ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

ESCOLA: EDUCAÇÃO

ESCOLA VERSUS NOVAS GERAÇÕES

AULA 3

CONCEITO DE GESTÃO

GESTÃO EDUCACIONAL

GESTÃO ESCOLAR

GESTÃO ESCOLAR VERSUS GESTÃO EMPRESARIAL

O TRABALHO NA ESCOLA

AULA 4

A FUNÇÃO DA ESCOLA BÁSICA

CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

OS FUNDAMENTOS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

GESTÃO DA QUALIDADE TOTAL

AULA 5

PRÁXIS DA GESTÃO ESCOLAR

A UTOPIA NA PRÁXIS ESCOLAR

LIMITES NA PRÁXIS ESCOLAR

DESAFIOS NA PRÁXIS ESCOLAR

PAPEL DO GESTOR NO ESPAÇO ESCOLAR

AULA 6

ÓRGÃOS COLEGIADOS

GESTÃO E OS ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

GESTÃO E O PPP

GESTÃO E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

BIBLIOGRAFIAS

- BARTNIK, Helena L. de Souza. Gestão Educacional. Curitiba: Ibpe, 2011.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração. 7ª ed. São Paulo: Campus, 2004.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

RESUMO

A temática que será tratada na disciplina de Políticas Educacionais é a organização e desenvolvimento da escola brasileira, considerando as formas de intervenção do Estado na educação escolar: as políticas, o planejamento e a legislação da educação. Nesse sentido, iremos discutir o papel do Estado na formulação das políticas e, consequentemente, as legislações, no campo educacional, pautados na seguinte estrutura: • apresentação de uma breve concepção de Estado; • o Estado nas concepções dos autores contratualistas e a acepção socialista de Estado; • a agenda política e seu contexto de produção. • o planejamento das políticas e a legislação da educação no contexto do direito à educação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O ESTADO NA VISÃO DOS AUTORES CONTRATUALISTAS E NO CONTEXTO DO DIREITO

O ESTADO NA VISÃO SOCIALISTA

A CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA

O PLANEJAMENTO DA POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO À LUZ DO DIREITO À EDUCAÇÃO

AULA 2

AS REFORMAS EDUCACIONAIS DOS ANOS DE 1990

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

AULA 3

GESTÃO DA ESCOLA E GESTÃO DOS SISTEMAS

O PAPEL DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO

A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL ARTICULADO

O PNE E OS PLANOS DE EDUCAÇÃO

AULA 4

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE) – LEI N. 13.005

A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95 E O LIMITE DE GASTOS PÚBLICOS COM A EDUCAÇÃO

NOVAS REFORMAS NA EDUCAÇÃO PÓS-2016

DA NEGAÇÃO DA DIVERSIDADE À ASSUNÇÃO DO NEOCONSERVADORISMO:
ESCOLA SEM PARTIDO E DEBATE DE GÊNERO NA ESCOLA

AULA 5

EDUCAÇÃO INFANTIL OBRIGATÓRIA A PARTIR DOS QUATRO ANOS DE IDADE

NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

AULA 6

REFORMA DAS CARREIRAS E PREVIDENCIÁRIA
OS MOVIMENTOS SOCIAIS RESISTEM: MOVIMENTOS EM BUSCA DE MANUTENÇÃO
DE DIREITOS
A EDUCAÇÃO E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA EDUCAÇÃO
NOVOS DESAFIOS DO ENSINO E DO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE
PANDEMIA

BIBLIOGRAFIAS

- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M.H.P. Filosofando: introdução à filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. 12. ed. Brasília: Editora UNB, 2004.

DISCIPLINA:

INTERDISCIPLINARIDADE

RESUMO

Pensar sobre interdisciplinaridade exige um olhar amplo, que acople o estar aqui e os limiares de onde se deseja ir. Em outras palavras, não se pode pensar a relação entre os conhecimentos sem ter noção do espaço em que ela pode acontecer. É evidente que esse espaço é desmedido, visto que vivemos em um cenário sem limites; convivemos, por meio das possibilidades tecnológicas, em todo o planeta ao mesmo tempo e com possibilidades intermináveis de conhecer instantaneamente o passado e, com isso, antever o futuro. Poderíamos resumir esse pensamento como se fossemos deuses, uma vez que temos a possibilidade, com ajuda da tecnologia, de sermos onipresentes e oniscientes. Todavia, devemos, como já dito, olhar ao nosso redor e perceber a diferença do que se pode fazer daquilo que se faz. Assim, principalmente como educadores, devemos conhecer as diferentes, ricas e importantes culturas e o processo cada vez mais aberto e possível de globalização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EDUCAÇÃO NA GLOBALIZAÇÃO
COGNIÇÃO E A TECNOLOGIA
PARADIGMAS DA CIÊNCIA
EDUCAÇÃO DO FUTURO

AULA 2

INTERDISCIPLINARIDADE
MULTIDISCIPLINARIDADE
PLURIDISCIPLINARIDADE
TRANSDISCIPLINARIDADE

AULA 3

ENFOQUE EPISTEMOLÓGICO E PEDAGÓGICO
CONTRIBUIÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NO CAMPO DO ENSINO
LDB
BNCC

AULA 4

CONHECIMENTO PEDAGÓGICO
DIDÁTICA E TEORIA

TEMPO E ESPAÇO
IDENTIDADE DO DOCENTE

AULA 5

A INTERDISCIPLINARIDADE E OS DIREITOS HUMANOS
A INTERDISCIPLINARIDADE E A ÉTICA
A INTERDISCIPLINARIDADE E O MEIO AMBIENTE
A INTERDISCIPLINARIDADE E A PAZ

AULA 6

EDUCAÇÃO DENTRO E FORA DA SALA DE AULA
A INTERDISCIPLINARIDADE E O MUNDO NA ESCOLA
A INTERDISCIPLINARIDADE DA ESCOLA PARA O MUNDO
VISÃO INTERDISCIPLINAR

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, M. E. N. et al. A ciência da informação discutida à luz das teorias cognitivas: estudos atuais e perspectivas para a área. Cadernos BAD 2, Lisboa, p.80-91, 2004.
- MORIN, E. O método 5: a humanidade da humanidade. Trad. Juremir Machado da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SILVA, M. Sala de aula interativa a educação presencial e à distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, n. 3, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3H09p3O>. Acesso em: 24 jan. 2022.

DISCIPLINA:
GESTÃO DEMOCRÁTICA

RESUMO

Nesta disciplina iremos contextualizar as teorias da administração e traçar um paralelo com o trabalho da gestão na escola. Você irá compreender que as teorias da administração estão muitas vezes ligadas a uma lógica empresarial, a qual nós professores, pedagogos e diretores não nos sentimos à vontade para experienciar em nossas práticas pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE BASES GERENCIAIS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
ORGANISMOS MULTILATERAIS E AS INFLUÊNCIAS SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO BRASIL
A LDB E A GESTÃO DEMOCRÁTICA
A GESTÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COLETIVO

AULA 2

O TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
O TRABALHO COM A ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
O TRABALHO COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL
O PEDAGOGO E O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COMO INSTRUMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

AULA 3

TRABALHO COM A DIVERSIDADE DE APRENDIZAGENS NA ESCOLA
PEDAGOGO E OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA
PEDAGOGO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA FORMATIVA
ATENDIMENTO PEDAGÓGICO EM AMBIENTE HOSPITALAR E DOMICILIAR

AULA 4

TRABALHO DO DIRIGENTE ESCOLAR E DO PEDAGOGO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA
CONSELHOS ESCOLARES E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA
GESTÃO FINANCEIRA DESCENTRALIZADA: NOVAS DEMANDAS PARA A ESCOLA
PÚBLICA

ASSOCIAÇÕES DE PAIS E GRÊMIOS ESTUDANTIS - INSTÂNCIAS DE GESTÃO
COLEGIADA

AULA 5

O PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO 2014/2024 COMO INSTRUMENTO DE
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014/2024
DESAFIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
2014/2024

DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014/2024

AULA 6

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E DESAFIOS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA

IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS COLETIVOS NA ESCOLA PARA O TRABALHO
PEDAGÓGICO

IMPORTÂNCIA DO PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO PARA O PROCESSO DO ENSINO-
APRENDIZAGEM

AVALIAÇÕES DOS SISTEMAS DE ENSINO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO
INSTRUMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

BIBLIOGRAFIA

- OLIVEIRA, R. P. de; ARAUJO, G. C. de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista Brasileira de Educação, n. 28, p. 5-23, 2005.
- PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

RESUMO

Denota-se que planejar é um envolvimento, um ato necessário para programar ou efetivar uma ação, partindo de metas, objetivos, metodologias, recursos e conteúdos até a avaliação. É um instrumento fundamental para o âmbito da pedagogia, afinal, trata-se de uma formação humana que tem como escopo os humanos: o instrumento planejar simboliza contemplar o outro e ver no outro as potencialidades que podem ser afloradas. Traçando um resgate histórico do planejamento educacional no Brasil, verifica-se que ele teve significativas mudanças, principalmente no que diz respeito ao seu significado, que partiu de um modelo extremamente tecnicista e metódico para uma concepção normativo/prescritiva da realidade e, então, para uma dimensão mais estratégica, englobando definição de diretrizes que orientam a transformação da realidade e do sujeito, bem como incluindo objetivos e metas de maneira a contemplar a formação do sujeito e valorizar as suas potencialidades. No entanto, vale destacar que muitas instituições praticam, ainda, o planejamento pautado em roteiros prontos e ultrapassados, que se utilizam de transposições didáticas e até mesmo de improvisos para a realização do trabalho em sala de aula.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CENÁRIO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO
EDUCAÇÃO ESCOLAR, PEDAGOGIA ESCOLAR
PLANEJAMENTO EDUCACIONAL – CONTEXTO EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO E QUALIDADE EDUCACIONAL
DIALOGICIDADE NO PLANEJAR

AULA 2

A EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR
REFLEXÕES SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: LEI 13.005/2014)
DESAFIOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUANTO AO PLANEJAMENTO
CONHECIMENTO DA REALIDADE
PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESCOLA: ARTICULAÇÃO E NECESSÁRIA
DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA

AULA 3

A AVALIAÇÃO NA PRÁTICA ESCOLAR
A AVALIAÇÃO E O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL
DIVERSIDADE NAS PRÁTICAS AVALIATIVAS
A ESCOLA VERIFICA OU AVALIA A APRENDIZAGEM?
INTERVENÇÕES PARA A PÓS-AVALIAÇÃO

AULA 4

EQUÍVOCOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
A AVALIAÇÃO PROCESSUAL
CARACTERÍSTICAS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR
INSTRUMENTOS DE VERIFICAÇÃO
SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO

AULA 5

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO
A IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA NO PLANEJAR EDUCACIONAL
PLANEJAMENTO DIDÁTICO
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL SOB UM OLHAR FILOSÓFICO
GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO SISTEMA
ESCOLAR BRASILEIRO

AULA 6

FUNÇÕES DA ESCOLA
NATUREZA E FUNÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO
FORMAÇÃO HUMANA
ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

BIBLIOGRAFIA

- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GADOTTI, M. Pensamento pedagógico brasileiro. 8. ed. Campinas: Ática, 2004.
- HOUAIS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Planejamento. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss; Objetiva, 2009.

**DISCIPLINA:
PROPOSTA PEDAGÓGICA - NÍVEIS E MODALIDADES**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO IDENTIFICANDO AS DIFERENÇAS OS EIXOS CENTRAIS DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

AULA 2

EDUCAÇÃO INFANTIL: CAMPOS DE EXPERIÊNCIA E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
ENSINO FUNDAMENTAL I: CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO
A ETAPA DO ENSINO FUNDAMENTAL II: CONCEPÇÕES SOBRE O CURRÍCULO
PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO: BNCC E ITINERÁRIOS

AULA 3

A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EDUCAÇÃO ESPECIAL
ENSINO SUPERIOR

AULA 4

EDUCAÇÃO DO CAMPO
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA
O PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DA POLÍTICA EDUCACIONAL – FNDE

AULA 5

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA NO CONTEXTO DO NOVO ENSINO MÉDIO
(RE)ELABORAÇÃO CURRICULAR À LUZ DA BNCC
OFERTA E CURRÍCULO DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA

AULA 6

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: AS INTERFACES COM O CURRÍCULO
PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO ALINHADO À BNCC
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, À LUZ NOS NOVOS CURRÍCULOS

**DISCIPLINA:
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
RESUMO**

O processo de avaliação por certo é figurativamente comparável a uma exuberante onda revolta que envolve em suave abraço o lindo mar azul para, após, repousar sobre praias em imorredoura calmaria. É neste contexto, ora de mar revolto, ora de calmaria, que este trabalho inicia as suas atividades, tomando por horizonte o tema genérico da avaliação institucional, que se esmera em propiciar condições favoráveis para que diferentes vertentes educativas possam alcançar concretude de benefício social de longo alcance. Desde que as instituições educativas de qualquer nível escolar começaram a se fazer presentes formalmente mundo afora, alguma forma avaliativa de sua gestão, bem como do desempenho dos seus estudantes, começou a se fazer presente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EVOLUÇÃO ACADÊMICA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA
CONVIVÊNCIA DE OBJETIVOS ENTRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO ACADÊMICA

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMITE ENXERGAR MAIS E MELHOR AQUILO QUE SE PRETENDE VISUALIZAR
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO APORTE INDUTOR DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO
NOVO MARCO LEGAL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL CLAMA POR EXCELÊNCIA

AULA 2

APRENDIZAGEM: RELAÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL COM A AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO E PESQUISA ESTABELECEM SIMILITUDE NO FORMATO DE IMPLEMENTAÇÃO
SER AVALIADO É ESTAR SENSÍVEL À CONTRIBUIÇÃO DE OUTREM: MÁXIMAS EM AVALIAÇÃO
CONHECER-SE MELHOR COMO PRESSUPOSTO DE VALORIZAÇÃO HUMANA PELA AVALIAÇÃO
A AVALIAÇÃO PRECONIZA SERMOS HUMANOS EM TUDO O QUE FAZEMOS

AULA 3

O AVALIADOR PODERÁ OBTER SUCESSO SE SUA RELAÇÃO DE EMPATIA COM A AVALIAÇÃO FOR EXITOSA
AVALIAR COM INICIATIVAS INOVADORAS FACILITA A APRENDIZAGEM E O DESEMPENHO ESTUDANTIL
A INOVAÇÃO EM AVALIAÇÃO TEM RAZÃO DE SER COM RECURSOS HUMANOS DE ESPÍRITO INOVADOR
INICIATIVAS INOVADORAS DE AVALIAÇÃO, SIM; PRÁTICAS ULTRAPASSADAS, NÃO A AVALIAÇÃO É INOVADORA QUANDO OS SEUS CAMINHOS A CONDUZEM A RESULTADOS ESPLendoroso

AULA 4

ESCOLA EM CICLOS: INCLUSÃO ESCOLAR COM POSITIVO APORTE PEDAGÓGICO FAMILIAR
FILOSOFIA DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA EM CICLOS E AMPARO PEDAGÓGICO FAMILIAR
A AVALIAÇÃO QUE PROTAGONIZA ORIENTAÇÃO À APRENDIZAGEM E AO DESEMPENHO NA ESCOLA EM CICLOS
CIRCUNSCRIÇÃO FUNCIONAL DA ESCOLA EM CICLOS NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES
PROTAGONISMO DA ESCOLA EM CICLOS ANTE A “PRIMAZIA” FUNCIONAL DE OUTROS FORMATOS EDUCATIVOS

AULA 5

PERCURSO DE TECNOLOGIAS EDUCATIVAS DE ANTANHO E NO TEMPO PRESENTE
RELEVÂNCIA DO USO DE TECNOLOGIA NA MEDIAÇÃO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS
FORMAÇÃO DOCENTE: MUITO TEORIA COM PRECÁRIA TECNOLOGIA
TECNOLOGIAS SOFISTICADAS OU NÃO, O SEU USO FAZ DIFERENÇA PEDAGÓGICA
TECNOLOGIAS: MEDIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUPORTE À AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 6

DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA TÉCNICA DO PASSADO À DO PREDOMÍNIO TECNOLÓGICO NO TEMPO PRESENTE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ACESSO DEMOCRÁTICO PRIVILEGIADO A BENEFÍCIOS EDUCATIVOS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: VIA DEMOCRÁTICA E PRAZEROSA DE INCLUSÃO

TECNOLOGIA: LASTRO PEDAGÓGICO POR EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA FORMADORA DE RECURSOS HUMANOS
AVALIAÇÃO PRAZEROSA COM APORTE TECNOLÓGICO CONFERE À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PLENA RAZÃO DE SER

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 dez. 2017a.
- _____. Portaria n. 20 de 21 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 22 dez. 2017c.
- BRASIL. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2014. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 abr. 2014.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE SISTEMAS

RESUMO

Nossa disciplina versa sobre gestão de sistemas, mas, para podermos compreender como a gestão de sistemas funciona, é necessário entendermos uma série de questões que a envolvem. Nesta aula conversaremos a respeito da organização da educação brasileira como um todo. Você já se perguntou como funciona nosso sistema educacional e sua relação com os marcos legais brasileiros? Já pensou de que forma se constitui e o que é necessário para a manutenção de um sistema municipal? Mas o que é sistema? Será que ele realmente existe ou temos apenas uma concepção teórica desse conceito? Vamos olhar essas questões mais de perto?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ESTRUTURA

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ESCOLAR: MODALIDADES

O QUE É SISTEMA DE ENSINO

SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AULA 2

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONSTITUIÇÃO

FEDERAL

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LDB

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PNE E PDE

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ECA

ASPECTOS LEGAIS QUE REGULAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: LEIS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

AULA 3

O QUE É POLÍTICA

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

POLÍTICA E EDUCAÇÃO

DIREITO À EDUCAÇÃO

POLÍTICAS RECENTES E OS PLANOS DE GOVERNO

AULA 4

AUTONOMIA DA ESCOLA E A PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

NÍVEIS DE AUTONOMIA: ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA, JURÍDICA E PEDAGÓGICA

LIMITES DA AUTONOMIA

ESCOLA SEM PARTIDO

PROFESSOR: VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA

AULA 5

GESTÃO DEMOCRÁTICA
DOCUMENTOS IMPORTANTES PARA A GESTÃO ESCOLAR
ESCOLHA DE DIRIGENTES ESCOLARES
PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO
PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO

AULA 6

INSTÂNCIAS COLEGIADAS DE GESTÃO
CONSELHO ESCOLAR
CONSELHO DE CLASSE
ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS
GRÊMIO ESTUDANTIL

BIBLIOGRAFIA

- BORDIGNON, G. Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- DIAS, J. A. Sistema escolar brasileiro. In: MENESES, J. G. C. (Org). Estrutura e funcionamento da educação básica. São Paulo: Pioneira, 2002.
- GOHN, M. G. M. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2001.

DISCIPLINA:

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO

Quando falamos de Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), estamos, de fato, falando de uma visão sistêmica do processo educacional. Trata-se da organização que apresenta e justifica as metas e as prioridades da escola e do trabalho docente diante dos objetivos de aprendizagem – no nosso caso, para a educação infantil. Ou seja, organizar o trabalho pedagógico nada mais é do que pensar a escola e o que faremos nesse espaço para cumprir o que consideramos ser os objetivos de aprendizagem para a educação infantil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

OBJETIVOS FORMATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL – DCNS
PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
CUIDAR E EDUCAR: O TRABALHO ARTICULADO PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL

AULA 2

ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
ROTINAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
METODOLOGIAS DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS E PROJETOS
CANTOS DE TRABALHO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
MATERIAIS E POSSIBILIDADES DE OBJETOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

AULA 3

DESVENDANDO O CONCEITO DE “BRINCADEIRA”
A BRINCADEIRA COMO LINGUAGEM DA CRIANÇA
INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL
JOGOS E BRINQUEDOS – AMPLIANDO DISCUSSÕES

RECONCEITUANDO A “BRINCADEIRA LIVRE” NOS ESPAÇOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

AULA 4

EXPRESSÃO VISUAL – O LUGAR DA ARTE NO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

EXPRESSÃO MUSICAL – O LUGAR DA MÚSICA NO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A EXPRESSÃO CORPORAL E O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

DIVERSIDADE CULTURAL – A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LEITURA, ESCRITA E MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AULA 5

CONCEITO DE CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

APRESENTAÇÃO DOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA SEGUNDO A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

APRENDIZAGEM COM BASE NA EXPERIÊNCIA E NOS SENTIDOS

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DA

EDUCAÇÃO INFANTIL EM RELAÇÃO AOS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA E A ARTICULAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS, POLÍTICOS E ESTÉTICOS

AULA 6

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PARECER DESCRIPTIVO, PORTFÓLIO E TABELAS DE VERIFICAÇÃO

OBSERVAÇÃO COMO INSTRUMENTO AVALIATIVO

AUTONOMIA – A IMPORTÂNCIA DESSE FATOR PARA O “SEGUIR EM FRENTE”

AFETIVIDADE NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – O ELEMENTO

FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO ESCOLAR DA CRIANÇA

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, 2010.
- KONDER, L. O futuro da filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. PLATÃO. As leis, ou da legislação e epinomis. Tradução: Edson Bini. 2. ed. Bauru/SP: Edipro, 2010.

DISCIPLINA:

FORMAÇÃO CONTINUADA

RESUMO

Vamos iniciar nossa reflexão pela seguinte problemática: qual é a natureza e a especificidade do trabalho docente? O que faz esse tipo de trabalho diferente de outras formas de trabalho realizadas pelos seres humanos? Essa questão nos parece bastante importante para entender o trabalho realizado pelos professores na atualidade e também para compreender a importância da formação continuada para o seu desenvolvimento. Considerando a problemática inicialmente levantada, convidamos você para refletir sobre a natureza e a especificidade do trabalho docente. Vamos entender melhor: natureza do trabalho docente é o que o caracteriza, é sua essência. Especificidade do trabalho docente é a sua função específica no contexto da sociedade da qual faz parte.

AULA 1

FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO

FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL REPÚBLICA

TEORIAS DA FORMAÇÃO DOCENTE

CONCEITUANDO FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL E CONTINUADA

AULA 2

LEGISLAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE ANTES DA LDB 9493/96

LEGISLAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE DEPOIS DA LDB 9493/96

TIPOS, TERMOS E MODELOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO BRASIL

IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE NA VALORIZAÇÃO DO CAMPO EDUCACIONAL

AULA 3

BASE NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A FORMAÇÃO INICIAL

BASE NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A FORMAÇÃO CONTINUADA

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

AULA 4

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE

PRINCÍPIOS DO TRABALHO DOCENTE

PRINCÍPIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

AULA 5

O PLANEJAMENTO E A PRÁTICA DOCENTE

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE DISCENTE E DOCENTE

CONHECIMENTO E PRÁTICA PROFISSIONAL

AUTOAVALIAÇÃO NA PRÁTICA DOCENTE

AULA 6

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR

PROFESSOR PESQUISADOR E O REFLEXO DE SUA PRÁTICA

ÁREAS DE ATUAÇÃO DOCENTE E INICIATIVAS DE PESQUISAS

DESAFIOS NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. M. de; SOARES, K. C. D. Professor de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental: aspectos históricos e legais da formação. Curitiba: IBPEX, 2011.
- _____. Pedagogo escolar: as funções supervisora e orientadora. Curitiba: IBPEX, 2010.
- MARX, K. O capital. São Paulo: Centauro, 2004. (Livro I, capítulo VI (inédito)).

DISCIPLINA: GESTÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS
RESUMO

A famosa frase de Aristóteles diz que “somos seres sociais por natureza”, assim, precisamos ter contato com outras pessoas, e por isso mantemos relações sejam elas afetivas, profissionais, familiares entre outras. Entretanto, nem sempre esse contato é harmonioso, pois cada ser humano é único, ou seja, as pessoas são diferentes, com visões de mundo e formas de conceber a vida desiguais. Com isso, o conflito pode aparecer e existe a necessidade de ser solucionado e/ou controlado. O primeiro passo é identificar o conflito e suas influências, que podem ser tanto negativas como positivas. Muitas vezes, quando ouvimos a palavra conflito, normalmente a classificamos como algo negativo, mas veremos adiante que, em

alguns casos, o conflito pode ser positivo. Além disso, serão abordados alguns conceitos, características, histórico e a visão do RH no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A TEORIA EVOLUTIVA DOS CONFLITOS AO LONGO DA HISTÓRIA
A GESTÃO DE CONFLITOS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO NOS AMBIENTES CORPORATIVOS: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO
TIPOS DE CONFLITOS, NIVEIS DE GRAVIDADE E FORMAS DE ADMINISTRÁ-LOS
A RESPOSTA AO CONFLITO CORPORATIVO NO BRASIL – VISÃO VOLTADA AO RH

AULA 2

NEGOCIAÇÃO DE CONFLITOS COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS
CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E OS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS
ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO

AULA 3

TECNOLOGIA, O SURGIMENTO DE NOVOS PARADIGMAS CONFLITUais E NOVAS FORMAS DE ACESSO À JUSTIÇA
A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NEUTRA (NEUTRAL EVALUATION) E FACILITAÇÃO DE DIÁLOGOS
A IMPLEMENTAÇÃO DE COMITÊS INTERNOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
FORMAÇÃO DE MEDIADORES E GESTORES MEDIADORES DE CONFLITOS CORPORATIVOS: A VISÃO DA ÁGUA

AULA 4

A CULTURA DA PAZ COMO UM ELEMENTO A SER IMPLEMENTADO NO AMBIENTE CORPORATIVO
O CLIMA ORGANIZACIONAL NAS CORPORAÇÕES E A RELAÇÃO COM O ADOECIMENTO NO TRABALHO
O RH COMO INTERLOCUTOR E SEU PAPEL NA MEDIAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS CONFLITOS
GESTÃO DE CONFLITOS CORPORATIVOS COMO UM DESAFIO ORGANIZACIONAL: DA TEORIA À PRÁTICA

AULA 5

PRINCIPAIS ASPECTOS E A APLICABILIDADE DA TEORIA DOS JOGOS (TEORIA DO EQUILÍBrio DE JOHN NASH)
A TRANSFORMAÇÃO PELA MEDIAÇÃO DOS CONFLITOS: A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA
A NEGOCIAÇÃO COMO FERRAMENTA DOS CONFLITOS ORGANIZACIONAIS: PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL – HABILIDADE DO GESTOR NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

AULA 6

CONCILIAÇÃO COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
A PRÁTICA DA MEDIAÇÃO PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE PRÁTICA A RESPEITO DA SUBMISSÃO DE UM CONFLITO TRABALHISTA À ARBITRAGEM
CONCLUINDO

- BERG, E. A. Administração de conflitos: abordagens práticas para o dia a dia. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012.
- SERRER, F.; CESAR LUCAS, D. Teoria da complexidade e os conflitos intersubjetivos: novos olhares acerca das divergências de interesses. v. 10, n. 28, p. 377-381, 2020.
- VASCONCELOS, C.E. de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2017.

**DISCIPLINA:
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR
RESUMO**

A cultura da avaliação da aprendizagem escolar brasileira carrega consigo bagagens históricas de herança centenária. Ela compreende elementos profundos que incluem tantos traços da cultura colonialista como aspectos da cultura dualista que marcaram a história da estruturação do direito à educação no Brasil e no mundo. Esses elementos hibridizam-se em várias práticas, que são reproduzidas, transformadas ou reelaboradas nas práticas escolares contemporâneas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA DE CONTROLE

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO FERRAMENTA DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS ESTUDANTES

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUA RELAÇÃO COM AS DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS

AULA 2

CURRÍCULO, METODOLOGIA DE ENSINO E SUA RELAÇÃO COM A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O PROJETO FORMATIVO E SUA RELAÇÃO COM OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E SUA RELAÇÃO COM A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER HUMANO

AULA 3

CONCEPÇÃO DIÁGNÓSTICA DE AVALIAÇÃO

CONCEPÇÃO CONSTRUTIVISTA DE AVALIAÇÃO

APROXIMAÇÕES ENTRE A CONCEPÇÃO FORMATIVA E PROCESSUAL DE AVALIAÇÃO E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

CONCEPÇÃO EMANCIPATÓRIA E CRÍTICO-FORMATIVA DE AVALIAÇÃO

AULA 4

O PERFIL DE TRABALHADOR DO SÉCULO XXI E O ENSINO COM BASE EM COMPÊTENCIAS

A TRANSFERÊNCIA DE CAPACIDADES HUMANAS DE UMA ÁREA DA VIDA PARA OUTRA

ONCEPÇÃO FORMATIVA E PROCESSUAL DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM FRENTE À PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS

A CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E SUA RELAÇÃO COM A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

AULA 5

O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO BRASILEIRO E SUA RELAÇÃO COM OS

MODELOS INTERNACIONAIS DE AVALIAÇÃO
A EDUCAÇÃO EAD NO NOVO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO
CURRÍCULO COMUM, AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E SUA RELAÇÃO COM AS
POLÍTICAS DE ACCOUNTABILITY
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUA RELAÇÃO COM O MODELO
INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO

AULA 6

DADOS SOBRE A REPROVAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA
RELAÇÃO DA REPROVAÇÃO E DA EVASÃO ESCOLAR COM AS POLÍTICAS
AFIRMATIVAS
A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ORIENTADA POR UM CURRÍCULO COMUM
FRENTE À DIVERSIDADE DAS ESCOLAS BRASILEIRAS
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM FRENTE ÀS DESIGUALDADES INTRA-ESCOLARES

BIBLIOGRAFIA

- GUARDIA, F. F. y. A Escola Moderna. São Paulo: Terra livre, 2014.
- KUENZER, A. Ensino Médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, M. R. da. Currículo e competências: a formação administrada. São Paulo: Cortez, 2008.